

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A CARTOGRAFIA DO CONTRABANDO *SECRETO* EM ESPAÇO DE FRONTEIRA COLONIAL NA AMÉRICA DO SUL, SÉCULO XVIII

Otávio Ribeiro Chaves¹

INTRODUÇÃO

A historiografia que trata sobre o contrabando no período colonial, envolvendo os domínios ibéricos na América do Sul, tem revelado a participação de diferentes agentes sociais encastelados em setores da administração ultramarina, nos órgãos decisórios coloniais, nas fortificações, eclesiásticos, comerciantes que atuavam sob a orientação de governadores portugueses e espanhóis, estes, que eram responsáveis pela administração de unidades político-administrativas localizadas em áreas de fronteiras coloniais. Podemos considerar, que, o desenvolvimento do contrabando entre portugueses e espanhóis na região sul da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII, teve a efetiva participação de distintos agentes sociais nessa prática de comércio. Parcelas da população da capitania de Rio Grande de São Pedro, por exemplo, conseguiam entabular o comércio de contrabando com os espanhóis de Buenos Aires, a partir da formação ou da participação em “bandos”, que envolviam trabalhadores de diferentes setores produtivos: tropeiros, lavradores, marinheiros, consideradas profissões importantes para o desenvolvimento do comércio de contrabando nessa fronteira colonial.

Na fronteira oeste da América portuguesa, podemos, de antemão, dizer que havia também distintos agentes sociais envolvidos em uma ampliada teia de contrabando, que atuavam em sintonia com as povoações das missões jesuítas de Moxos e Chiquitos e da cidade de Santa Cruz de la Sierra. A proposta desta comunicação é pensar as ações desses agentes do contrabando nesse espaço de fronteira colonial, procurando perceber os seus movimentos, a cartografia do contrabando que foi sendo

¹ Professor adjunto do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – campus de Cáceres. E-mail: otavioribeirochaves@gmail.com

desenhada na segunda metade do século XVIII. Cabe ressaltar, que nesse período, a Coroa espanhola procurou estancar a prática do contrabando entre a colônia do Sacramento com os domínios portugueses e além-mar. Tal medida teve desdobramentos. Com base nessas decisões, a Coroa portuguesa procurou planejar e coordenar o contrabando na fronteira oeste da América portuguesa com as povoações espanholas das províncias de Moxos e Chiquitos, visando assim drenar a prata extraída do altiplano andino. Estudos comparativos sobre as dinâmicas de fronteiras (extremo sul da América do Sul, fronteira oeste da América portuguesa e Amazônia portuguesa) são importantes para a compreensão sobre o fenômeno do contrabando com os domínios espanhóis na América do Sul.

Algumas pistas sobre os contrabandistas

Thiago Gil, ao estudar o desenvolvimento do contrabando entre portugueses e espanhóis na região sul da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII, observou que havia distinções entre os agentes sociais envolvidos nesse comércio, considerado ilícito pela Coroa. Outra questão observada pelo autor é como parcelas da população da capitania de Rio Grande de São Pedro conseguiam entabular o contrabando com os espanhóis de Buenos Aires, a partir da formação ou da participação em “bandos”, que envolviam trabalhadores de diferentes setores produtivos: tropeiros, lavradores, marinheiros, profissões importantes para o desenvolvimento do comércio de contrabando nessa fronteira colonial.

Identificamos, *grosso modo*, três formas de cooptação de sujeitos para dentro do bando: as alianças matrimoniais, a coerção extra-econômica (violência física) e os laços de reciprocidade. Esta última forma foi dividida, para efeito de análise, em três segmentos, a saber: as contrapartidas de guerra, as concessões de terras e a “proteção” que os Pinto Bandeira garantiam a determinados indivíduos [...]. O bando significava para muitos uma alternativa para a ascensão social. Vincular-se ao bando poderia significar acesso às várias formas de contrapartidas oferecidas. Isso não significa, de forma alguma, que tal estrutura contribuísse para a igualdade. Pelo contrário. O bando reproduzia, a sua própria maneira, a desigualdade congênita daquela sociedade, possibilitando o acesso de uns ao que a maioria não possuía. Todavia, tal organização

não se pautava apenas na existência de um chefe e seus subordinados. Havia uma organização mais complexa.²

As considerações elaboradas pelo autor, nos possibilita pensar o envolvimento de diferentes agentes sociais na prática do contrabando promovido pela Coroa portuguesa na/a partir da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá com as Povoações de Moxos e Chiquitos e Santa Cruz de la Sierra. O incremento do contrabando não se limitava a uma única espacialidade, a um restrito domínio colonial, e nem envolvia um único grupo étnico-populacional. Para Zacarias Moutokias, ao estudar o contrabando ilícito existente em Buenos Aires no século XVII, diz que a atuação de mercadores, burocratas coloniais, militares e outros agentes envolvidos em uma dinâmica rede atlântica, formavam circuitos comerciais que se estendiam desde a América hispânica atingindo as principais praças europeias. Na esteira do pensamento de Moutokias e Suzan Socolow, Fabrício Prado, ao estudar este fenômeno na bacia do Prata no século XVIII, afirma que ali havia alianças

[...] entre autoridades e comerciantes através de laços de parentescos, amizade e negócios. Socolow ressaltou a importância dos “séquitos” de governadores e vice-reis: as pessoas leais vindas da Corte para assessorar a autoridade. Além disso, mostrou a importância dos cargos na burocracia local e na estruturação de redes, que acabavam por mesclar autoridade e contrabando no estuário do Prata.³

Nauk Maria de Jesus estudou a prática do contrabando na fronteira oeste da América portuguesa com as povoações espanholas do Vice-Reinado do Peru, onde reforça a ideia da participação de governadores, burocratas coloniais, militares de diferentes patentes, padres, comerciantes, indígenas, homens pobres e livres nesse tipo de comércio. Ressalta que foi em 1769, que o tenente Francisco José de Figueiredo, fez contato com a Província de Moxos, “com o *motivo* de entregar cartas aos governadores espanhóis oferecendo auxílio para a expulsão dos jesuítas”. Naquele período, o plano idealizado pelo governador de Mato Grosso, Luís Pinto de Souza

²GIL, Tiago. "O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias ". **Comunicação apresentada no V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História da Empresas**. Caxambu, Minas Gerais, 2003. Artigo disponível no site <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html>.

³PRADO. Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa**. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002, p. 168.

Coutinho, era que se fizesse o detalhamento dos caminhos que ligavam às missões espanholas, visando sondar como estava estruturada a “defesa, a população, a produção, as pedras preciosas, as autoridades existentes e a possibilidade de estabelecimento do comércio. Tudo isso “*debaixo do segredo*”.⁴

Assim, a autora apresenta roteiros das viagens às missões jesuítas espanholas feitas por militares, a partir da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, que, depois foi batizada de forte Bragança, em 1769. Identificou na documentação estudada vestígios, códigos que foram elaborados pelos agentes sociais envolvidos no contrabando, sinalizando as ações que deveriam ser desenvolvidas, como os lugares de encontros, as mercadorias que deveriam ser negociadas, revelando assim práticas sociais e comerciais; facetas deste ardiloso comércio mantido nesse espaço de fronteira colonial entre os domínios ibéricos na América do Sul.

A cartografia do contrabando: escalas ampliadas

A ideia de se pensar as ações desses contrabandistas no âmbito de um determinado espaço de fronteira colonial, de certa forma, extrapola a percepção da existência de uma única espacialidade, ou seja, o somente da fronteira oeste da América portuguesa como palco de atuação. Assim, pensamos que a escala deve ser ampliada: neste sentido, a pesquisa realizada por Denise Maldi Meireles, em 1989, é importante, onde a autora diz: “O Guaporé Lusitano é a face antagônica de Mojos e Chiquitos. Desconhecendo Mojos, não se compreende o Guaporé lusitano”. Meireles, naquele período, procurou perceber como a Coroa portuguesa no século XVIII, buscou estruturar aparato político-administrativo e militar em uma espacialização limítrofe com as Províncias de Moxos e Chiquitos. Segundo a autora, o “Guaporé lusitano começa a tomar corpo depois da primeira visita a Exaltación – quando os estadistas compreendem

⁴JESUS, Nauk Maria de. Disfarces e cautelas: o governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e o contrabando na fronteira oeste da América portuguesa. In: **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out.. 2008, p. 348. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

a importância estratégica da região – e que se desestrutura por volta de 1820 – quando as mudanças irreversíveis torna insustentável o modelo colonial de ocupação”.⁵

Importante registrar que os estudos desenvolvidos por Meireles, de certa forma, redimensionaram as pesquisas nas áreas de História e da Antropologia, estabelecendo novas possibilidades interpretativas sobre aspectos referentes às populações que viviam nas minas mato-grossenses ao longo do século XVIII; como também trata sobre as populações hispânicas do Vice-Reinado do Peru. A obra “Guardiães da Fronteira” inaugura uma nova fase na historiografia sobre o Mato Grosso no século XVIII, pois não se tratava mais de se pensar a história colonial apenas na perspectiva da memória singular, dos feitos do colonizador português, tão propagada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (e Mato-Grossense). A pesquisa inovadora para a época se enquadra no que podemos denominar de Etno-História, pois, surgia trazendo à tona experiências socioculturais vivenciadas por diferentes povos indígenas, revelando assim paisagens até então não conhecidas compostas por rios, lugares com denominações estranhas como “*Itenez*”, que mais tarde os portugueses vieram a chamar de rio Guaporé. Na língua Moré, como explica a autora, a palavra “deriva do vocábulo *i te*, que significa “*pai*”. Ao afirmar que somente poderia ser possível compreender o interesse da Coroa portuguesa por esta vasta espacialização (Distritos de Cuiabá e Mato Grosso), se considerássemos as relações estreitadas entre luso-brasileiros e as populações hispano-americanas do Vice-Reinado do Peru, desde a primeira metade do século XVIII, parece-nos bastante apropriada.

O estudo sobre esse espaço de fronteira colonial, certamente, possibilita a compreensão sobre como essas populações (luso-brasileiros, espanhóis, indígenas jesuítas missionários, índios “*hostis*”, africanos e descendentes, dentre outros) cujas percepções, sensibilidades eram distintas, se posicionavam diante dos acontecimentos históricos aos quais foram envolvidos. Cito aqui, por exemplo, a expulsão dos padres jesuítas da América do Sul, como também a política adotada pelas Coroas ibéricas visando atrair populações para os seus respectivos domínios coloniais, provocando assim deslocamento de indígenas das missões espanholas para os domínios portugueses. Do lado português, africanos e crioulos escravizados, soldados desertores, homens

⁵MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da Fronteira**, Rio Guaporé, século XVIII. São Paulo, Editora Vozes, 1989, p. 12.

pobres e livres se viam ‘seduzidos’ pelas terras situadas nas províncias de Moxos e Chiquitos, onde, de certa forma, encontravam algum tipo de abrigo, o que poderia possibilitar, mesmo momentaneamente, autonomia para viver longe dos problemas deparados em terras coloniais lusas.

As disputas entre as Coroas ibero-americanas, nesta parte da América do Sul, as suas ações geopolíticas não devem ser exclusivas para a compreensão das intrincadas relações estabelecidas entre esses distintos agentes sociais nesse dilatado espaço de fronteira colonial. Neste sentido, será preciso redimensionar as leituras, levando em consideração as histórias, as trajetórias que foram construídas ora em momentos de tensão, conflitos, ora em períodos que era preciso negociar. Assim, pode-se dizer que pactos foram estabelecidos em determinados momentos, permitindo algum tipo de aliança entre escravos africanos e indígenas (no caso dos quilombos fronteiriços), indígenas oriundos das missões jesuíticas espanholas com parcelas da população luso-brasileira alojadas nos arredores das fortificações e vilas da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá. Os motivos que levaram a sociabilidade entre esses grupos com experiências socioculturais tão singulares, certamente, merecem maior atenção da historiografia.

Cenários e roteiros do contrabando

Importante sublinhar, que o estudo do contrabando nesse espaço de fronteira colonial não deve se restringir ao seu próprio objeto, mas, estabelecer conexões entre os interesses que moviam, alimentavam os grupos étnico-populacionais envolvidos nessa prática de comércio considerada pelas Coroas ibero-americanas como clandestinas.

Entender *cenários e roteiros* é fundamentalmente deslocá-los em função de *tempos*. Não falamos de um tempo cronológico. Entender a colonização – aquela quase sempre explicitada linearmente e definitiva – é também perscrutar as experiências históricas dos seus agentes, aqueles constituídos tanto em entidades públicas e privadas, como aqueles que se constituíram em termos étnicos, culturais, econômicos e políticos. Haveria assim tanto uma política da colonização como uma colonização da política. Buscando enfatizar a complexidade destas experiências históricas, melhor seria dizer políticas de colonizações e colonizações das políticas. E os projetos? E as estruturas? Estes engendraram-se, gestaram-se, constituíram-se e transformaram-se em função e articulados com as experiências e não somente apesar delas. Para além do imaginário europeu do *MUNDUS NOVUS*, poderíamos dizer que as colonizações produziram

Novos Mundos porque os agentes históricos da sua construção fizeram não somente estes mas refizeram a si próprios.⁶

Assim, em busca de uma definição desse espaço de fronteira colonial, recorreremos a uma recente produção historiográfica, possível de nos auxiliar na definição sobre os conceitos de espaço, território e fronteira. Trata-se, contudo, de não somente pensar o espaço em uma perspectiva geográfica, mas, sim, compreender como determinadas relações humanas foram estabelecidas em um determinado e impreciso (não demarcado) espaço de fronteira colonial. Averiguar como foram tecidas essas relações, historicamente, pode nos possibilitar perceber as práticas sociais produzidas pelos diferentes agentes que circulavam, fixaram-se nesse dilatado espaço fronteiriço. Para Silvia Helena Zanirato “Um dos elementos fundantes para a atribuição do significado à fronteira, é seu caráter de fenômeno sócio-histórico, no qual estão compreendidos diferenciados sujeitos, constituídos de diversidades étnicas, raciais, sociais, culturais e históricas”.⁷ Nesse sentido, nossa percepção da fronteira não se funda apenas no aspecto geográfico, mas se apoiam em um conjunto de relações complexas produzidas entre diferentes agentes sociais, entre sociedades que possuíam dinâmicas históricas distintas. Não se trata de perceber a fronteira demarcada por um rio, uma montanha ou artefatos como os marcos de pedras colocados durante o processo de demarcação das fronteiras luso-espanholas na América do Sul, na segunda metade do século XVIII. O espaço de fronteira que pretendemos trabalhar diz respeito aos distritos de Mato Grosso e Cuiabá, como envolve as Províncias espanholas de Moxos e Chiquitos e a cidade de Santa Cruz de la Sierra.

O contrabando não é aqui compreendido como o ponto de partida nem de chegada: é a peça de amarração para se entender as complexas relações políticas, econômicas, étnicas, sociais, culturais e simbólicas produzidas/estabelecidas nesse espaço de fronteira colonial. Quando fizemos referência sobre a possibilidade de se trabalhar uma cartografia do contrabando, não podemos deixar de pensar na existência

⁶ **RELATOS DE FRONTEIRAS.** Fontes para a História da Amazônia Séculos XVIII e XIX. Flávio dos Santos Gomes; Jonas Marçal de Queiroz; Mauro Cezar Coelho (organizadores). Belém: Editora Unversitária/UFPA, 1999.

⁷ZANIRATO, Silvia Helena. **Problemáticas frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos** em termo de um conceito. Maringá, Pr. Professora do Departamento de História/UEM, s/d. Texto inédito.

de uma cartografia do social, onde se dá “o enquadramento dos dois vetores pelos quais os homens têm construído, através da história, a sua apreensão e organização do mundo: *o espaço e o tempo*”.⁸ Aqui, por exemplo, quando referimos à província de Moxos ou Mojos apresentamos uma “expressão geográfica” da grande espacialização que abrigava indígenas das mais variadas matizes étnicas, espanhóis, jesuítas de diferentes nacionalidades, comerciantes espanhóis e estrangeiros; africanos e crioulos, soldados desertores, criminosos que fugiam dos domínios portugueses. Assim, quando pensamos na província de Moxos ou Mojos

[...] refere-se à expressão geográfica dada a uma vasta planície que se estende desde os altiplanos andinos até a fronteira brasileira (no atual estado de Rondônia). Denominada de Llanos de Mojos (atual departamento de Beni, na Bolívia), esta planície, além de ser uma denominação geográfica por descrever uma imensa savana situada nas margens mais altas da bacia fluvial amazônica, é uma jurisdição administrativa que, no início da colonização, remetia à área missioneira de Mojo, cujo perímetro era estabelecido pelas principais redes fluviais (os rios Beni, Marmoré, Guaporé e seus afluentes) e pelos diversos grupos indígenas orientados por estas margens.⁹

A província de Chiquitos, por exemplo, se constituía como o espaço dos

[...] índios Chiquitos, que antes do sistema colonial e reducional de 1691, eram múltiplos povos com culturas e línguas distintas, e alguns grupos até mantinham relações de inimizade entre si [...] E foi neste espaço compreendido pelas diversas redes fluviais e grupos indígenas que ocorreram, no início do século XVIII, os primeiros encontros entre os portugueses da Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá e os jesuítas das missões espanholas de Mojo. A notícia de descobrimento de ouro e prata no Peru fez despertar nos colonos portugueses e espanhóis um crescente interesse por uma “montanha de prata”, por um reino fabuloso onde haveria um cacique e uma lagoa cheia de ouro e pérola. Este reino seria denominado de “*Paititi*”, “*Terra Rica*” ou “*El Dorado de Mojos*”. Impulsionados pela magia de uma terra rica, os novos conquistadores tinham consigo objetivos muito diferentes, tais como a riqueza do Eldorado e a salvação das almas indígenas¹⁰.

As populações indígenas que habitavam o Oriente boliviano possuíam considerável diversidade linguística, que foi registrada por cronistas, viajantes e funcionários régios das Coroas ibero-americanas, durante os séculos XVI e XVIII.

⁸PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cartografias do Tempo. Palimpsestos na Escrita da História. In: **Um Historiador nas Fronteiras** O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Sandra Jatahy Pesavento (Organizadora)-Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 16-17.

⁹PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho; PUHLL, João Ivo; CHAVES; Otávio Ribeiro. **Índios de Mojo e Chiquitos no Contexto Colonial Ibérico do Século XVI ao XVIII**. Cuiabá. Editora UFMT, Revista Territórios e Fronteiras. Pós-graduação em História, p. 35.

¹⁰PEREIRA, Índios e Mojo, idem, p. 40.

Assim, de acordo com Willian Denevan (1966:40), o Oriente Boliviano abrigava a maior parte da diversidade cultural lingüística da América do Sul. Para o autor, a diversidade seria o resultado parcial da expansão de tribos e da difusão dos traços culturais do alto rio Amazonas, do norte rio Madeira, alto rio Paraguai e do sul das planícies e colinas do Oriente Boliviano, com algumas influências dos Andes. Acrescenta ainda que a variedade de línguas encontradas nas cabeceiras de muitos rios da América do Sul sugeriria que as migrações tendiam a mover rio acima grupos mais fracos, permanecendo rio abaixo grupos mais fortes, justamente por serem locais mais favoráveis em recursos para subsistência e transporte, pois eram elementos que favoreciam a unidade tribal.¹¹

Sabe-se, contudo, que as populações indígenas que viviam nas antigas missões espanholas de Moxos e Chiquitos, em 1767, quando da expulsão dos jesuítas da América do Sul, chegava a 39.700 habitantes;¹² em Mato Grosso, como vimos, a população luso-brasileira chegava apenas a 11.882.¹³ Isso, por exemplo, foi motivo para que as autoridades portuguesas adotasse uma política de “atração” dessas populações, visando assim povoar áreas estratégicas da capitania mato-grossense. Assim, a cartografia do contrabando elaborada a partir das andanças dos sertanistas paulistas, de comerciantes ávidos por lucros, burocratas e militares coloniais que se curvaram a essa prática, desde a primeira metade do século XVIII, visam riquezas, mas também honras e privilégios.

No entanto, não devemos creditar que a mobilidade de índios oriundos das antigas reduções jesuítas aconteceu, somente motivado pelas ações portuguesas. A migração de índios das missões espanholas já vinha acontecendo há algum tempo. Movimentação que tinha despertado a atenção da Coroa portuguesa, pois estes poderiam ocupar e povoar áreas estratégicas da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, visando não somente a produção de gêneros alimentícios de forma regular, mas, poderiam servir

¹¹PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)**. Porto Alegre, RGS. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 41.

¹²AHU. Catálogo das Missões de Chiquitos e de Mojos (População). Anexo: catálogo. Documento em espanhol. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1009, Cd 04).

¹³CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português**. A Capitania de Mato Grosso na Segunda Metade do Século XVIII. Curitiba. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Ver capítulo 5: Fronteira que une: negócios entre colonos, autoridades coloniais e conginantes.

para inúmeras outras atividades.¹⁴ Importante destacar que os caciques indígenas tinham relativa percepção do envolvimento dos curas com o contrabando com os domínios portugueses. Souberam tirar proveito desse acontecimento, denunciando as autoridades espanholas sobre essa situação.¹⁵

Nas palavras de Chiara Vangelista pouco se discute sobre a cartografia indígena: “A cartografia índia, não desenhada, feita de riscos no chão, porém baseada numa ‘verdadeira elaboração mental’, numa abstração gráfica que quase – diremos nós – chega a uma forma de grifo, é percorrida muitas vezes e confirmada pela ação dos paulistas, através do caminho, do movimento”.¹⁶ As ações, a tomada de decisões por parte dos indígenas, sejam os das missões espanholas, ou àqueles considerados arredios, merecem estudos específicos. Havia projetos, lutas, negociações, conflitos, enfim, os indígenas não se ausentaram, não ficaram passivos diante do avanço do expansionismo das Coroas ibero-americanas sobre seus centenários territórios. Como dissemos, não somente indígenas das missões jesuítas espanholas procuravam abrigo na capitania mato-grossense, mas, havia a fuga de africanos e crioulos escravizados, soldados desertores, homens pobres e livres endividados, enfim, que buscavam em terras castelhanas viver em liberdade, longe das garras senhoriais e das autoridades coloniais.¹⁷

Povoações estabelecidas nesse espaço de fronteira como Casalvasco, Forte Coimbra, Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Forte Bragança, Forte Príncipe da Beira, Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila Maria do Paraguai (não se tratava de uma vila, mas uma povoação luso-brasileira) receberam indígenas oriundos das antigas missões espanholas. Para Carlos Alberto Rosa “conquista e colonização eram práticas de ‘tomar’ espaço, de ‘produzir’ espaço, de

¹⁴CHAVES, Política de Povoamento. Ver em especial o capítulo 6: A Construção da Fronteira Oeste da América Portuguesa.

¹⁵CARVALHO, Francismar Alex Lopes. **Lealdades negociadas: Povos Indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)..** São Paulo, SP. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

¹⁶ VANGELISTA, Chiara. “Sua Vocação estaria no caminho”. Espaço, Território e fronteira. In Um historiador nas fronteiras. p.. 133. A autora faz referência a obra de Sérgio Buarque de Holanda Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1975(1957), p. 68.

¹⁷CHAVES, Otávio Ribeiro. **Escravidão, Fronteira e Liberdade.** Salvador, Bahia. 2000. Disserta o (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia.

especializar-se. No Cuiabá colonos chamavam conquistas as invasões de territórios ameríndios, e ‘largas distâncias’ os seus movimentos”.¹⁸

Sobre a movimentação de grupos de indígenas das missões jesuíticas espanholas para Mato Grosso, Alex Carvalho revela, com base em uma vasta documentação levantada em arquivos brasileiros e estrangeiros, acurada discussão sobre como viviam essas populações sob a tutela dos jesuítas, como também analisa o período pós-jesuítico, quando ocorreram profundas mudanças na estrutura de comando das antigas missões, passando a ser administrados por curas (padres seculares). A discussão sobre o *Pacto de Lealdade* celebrado entre os indígenas das missões espanholas de Moxos e Chiquitos com os padres jesuítas redimensiona a discussão sobre as ações desses agentes sociais (indígenas) como condutores de seus destinos.

Ter em conta essa negociação prévia estabelecida pelos jesuítas, que sustentava a lealdade ao monarca, é fundamental porque foi precisamente contra esse "pacto" que incidiram as reformas ilustradas das últimas décadas do Setecentos, deflagrando rupturas por parte dos índios com deserções para o império rival e mesmo rebeliões.¹⁹

Não diferente, com o olhar voltado para as terras coloniais sul-americanas sob o domínio da Coroa espanhola, o trabalho de pesquisa realizado por Ione Pereira trata sobre “o espaço missional de Santa Rosa de Mojo, marcado por relações tensas de fronteira entre portugueses da Capitania de Mato Grosso e os jesuítas das missões espanholas de Mojo no início do século XVIII”. Percebe-se refinada “reflexão de como se deu a organização deste espaço missional e os movimentos que determinaram sua efemeridade (1743 a 1769), evidenciando, sobretudo, que este processo não foi apenas ação dos colonizadores, mas sim, da ação de vários grupos indígenas que colaboram de igual maneira na produção deste espaço”. O período trabalhado pela autora precede ao pretendido em nossa pesquisa, no entanto, trata de um espaço fronteiro, podemos dizer alargado, que se circunscreve ao pretendido em nossa pesquisa.

[...] o espaço compreendido pelas principais redes fluviais (os rios Beni, Marmoré, Guaporé e seus afluentes) e pelos diversos grupos indígenas orientados por estas margens. Estes rios seriam encarados, no início do século XVIII, como espaço fronteiro no momento em que ocorreriam os primeiros encontros entre os

¹⁸ROSA, Carlos Alberto. O Urbano colonial na terra da conquista. In ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). **A Terra da Conquista**. História de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Editora Adriana, 2003, p. 11.

¹⁹CARVALHO, op.cit., p. 248.

portugueses da Capitania de Mato Grosso e os jesuítas das Missões Espanholas de Mojo. Desta forma, utilizaremos o termo *Amazônia Meridional*, apesar de ser atual, para se referir e localizar espacialmente estes grupos indígenas que habitavam estas áreas antes da conquista (da qual iremos tratar mais adiante neste capítulo), e que atualmente constitui os Estados de Rondônia e Mato Grosso, no Brasil, e a atual Bolívia.²⁰

Como notamos, as formas de sociabilidades mantidas entre luso-brasileiros com as populações espanholas das missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos, vinham acontecendo desde as primeiras décadas do Setecentos. Na segunda metade do século XVIII houve nova orientação política por parte das Coroas ibero-americanas voltadas para os seus domínios coloniais. O contrabando surge como uma possibilidade de drenar riquezas, principalmente a prata andina, para atender a frágil economia portuguesa. Escasseou-se o ouro em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, diminuindo a produção, o que implicou na falta do principal lastro utilizado pela Coroa portuguesa nas negociações comerciais com outros países europeus, diga-se de passagem, com o seu principal fornecedor de produtos manufaturados que era a Inglaterra. O período que vai de 1769 a 1789, é o da intensificação desse plano de comércio idealizado sob a batuta do Marquês de Pombal. Mato Grosso, especialidade de domínio português torna-se o cenário privilegiado para o incremento dessa prática, a do contrabando com as povoações espanholas do Vice-Reinado do Peru. Para Portugal, carrear a prata andina para os domínios portugueses era importante. Para os espanhóis envolvidos nesse arriscado comércio o ouro era cobiçado por várias razões. Rastrear os passos dos envolvidos na formulação dessas redes comerciais – ilícitas, diga-se de passagem, a feitura dessa cartografia constitui-se em nosso propósito. Aqui, apresentamos algumas impressões sobre essa movimentação ocorrida em um dilatado espaço de fronteira entre os domínios coloniais de Portugal e da Espanha na América do Sul. Nele, não havia somente pessoas dispostas a prática do contrabando, mas, havia histórias de grupos humanos com trajetórias distintas, havia movimentações, murmurações, interesses diversos que emergiram durante esse processo.

²⁰PEREIRA, Missão jesuítica... , p. 20. Essa produção historiográfica nos coloca diante de outra perspectiva, a necessidade de estudos compartilhados entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre essas diferentes espacializações. Tanto Francismar Carvalho como Ione Pereira avançam na leitura sobre os mais diferentes acontecimentos que ocorriam do outro lado desse espaço de fronteira ibero-americana trabalhando com temáticas, até então, pouco discutidas na historiografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANAVARROS, Otávio. **O Poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1984.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de Povoamento e militarização da fronteira oeste do Império Português**. Curitiba, PR. 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná.

_____. **Escravidão, Fronteira e Liberdade**. Salvador, Bahia. 2000. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes. **Lealdades negociadas: Povos Indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. São Paulo, SP. 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Mário Clemente. **O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia**. In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.51-69, Jan/Jun 2007.

GIL, Tiago. "O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias ". Comunicação apresentada no V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História da Empresas. Caxambu, Minas Gerais, 2003. Artigo disponível no site <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html>.

JESUS, Nauk Maria de. Disfarces e cautelas: o governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e o contrabando na fronteira oeste da América portuguesa. In: **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out.. 2008, p. 348. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

_____. **Na Trama dos Conflitos**. Niterói, RJ. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa - Século XVIII**. Niterói, RJ. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

LENHARO, **Crise e Mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá: UFMT: Imprensa Universitária, PROEDI, 1982.

MODOS DE GOVERNAR: Idéias e Práticas Políticas no Império Português séculos XVI a XIX. Maria Fernanda Bicalho & Vera Lúcia Amaral Ferlini (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2005.

MOUTOUKIAS, Zacarias. **Burocracia, contrabando y autotransformacion de las elites** -Buenos Aires en el siglo XVII. *Anuario del IEHS*, Tandil, 1988.

O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

O GOVERNO DOS POVOS. Laura de Mello e Souza, Junia Ferreira Furtado e Maria Fernando Bicalho (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2009.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional:** Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769). Porto Alegre, RGS. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho, et. al. Índios de Mojo e Chiquitos no Contexto Colonial Ibérico do Século XVI ao XVIII. In: **Revista Territórios e Fronteiras**. Pós-graduação em História Cuiabá. Editora UFMT, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cartografias do Tempo. Palimpsestos na Escrita da História. In: **Um Historiador nas Fronteiras** O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Sandra Jatahy Pesavento (Organizadora)-Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PRADO. Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento:** o extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1850. In: **História da América Latina. América Latina Colonial.** Volume 1. BETHEL, Leslie. (Org.) Tradução Maria Clara Cescato. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra:** Política de Administração na América Portuguesa do Século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VANGELISTA, Chiara. “Sua Vocação estaria no caminho”. Espaço, Território e fronteira. In: **Um historiador nas fronteiras.** O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Sandra Jatahy Pesavento (Organizadora)-Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.